

MODALIDADE E CONDICIONALIDADE NO PORTUGUÊS DO BRASIL

LILIAN VIEIRA FERRARI

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

1. Introdução

A investigação da condicionalidade, em termos de sua procedência diacrônica ou de suas propriedades formais e/ou semântico-pragmáticas, já foi realizada por estudos alinhados a diversas abordagens teóricas (Austin 1961, Haiman 1978, 1986, Comrie 1986, Sweetser 1990, Cutrer 1994, Dancygier, B. & Sweetser 1996). Dentro de uma perspectiva cognitivista, o trabalho de Sweetser (1990) é particularmente significativo, na medida em que demonstra que a ocorrência de construções condicionais em três domínios específicos - de conteúdo, epistêmico e pragmático - não é casual, mas reflete processos de natureza figurativa, que possibilitam mapeamentos cognitivos específicos, semelhantes aos que ocorrem com outras construções sintáticas em inglês, tais como verbos de percepção, construções coordenadas e subordinadas e verbos modais.

A proposta do presente trabalho é argumentar que as construções condicionais não apenas operam em domínios semelhantes aos dos verbos modais e outros fenômenos polissêmicos, mas também constituem uma das expressões do conceito semântico mais geral de MODALIDADE (Talmy 1981, 1987, Sweetser 1990). A partir de uma análise de construções condicionais que ocorreram em conversação espontânea no Português do Brasil, pretende-se demonstrar que essas construções envolvem as noções semânticas de *imposição de força e remoção de barreira no domínio físico*, transpostas metaforicamente para os domínios epistêmico e pragmático.

O artigo está organizado em quatro seções principais. A seção 2 apresenta a definição de modalidade que serviu de base para a investigação realizada. A seção 3 trata das condicionais no Português do Brasil, discutindo sua atuação em

domínios distintos. Na seção 4, argumenta-se que as construções condicionais são construtoras de espaços mentais, nos termos propostos por Fauconnier (1994,1997), Sweetser (1996,1997), Cutrer (1994), enfocando-se distinções decorrentes de escolhas modo-temporais — presente do indicativo ou futuro do subjuntivo — na prótase. A seção 5 aborda as relações entre modalidade e condicionalidade, propondo que a abstratização das noções de *imposição de força* e de *remoção de barreira* mostra-se relevante para a explicação do papel cognitivo-interacional das construções condicionais no Português do Brasil.

2. A Noção de Modalidade

Uma investigação preliminar dos estudos que tratam de *modalidade* é suficiente para demonstrar que o conceito mostra-se particularmente resistente a uma definição homogênea. De um modo geral, os estudiosos tendem a propor relações entre modalidade e vários outros fenômenos, tais como *não-proposicionalidade* (Jespersen, 1924, Rescher 1968, Lyons 1977), *subjetividade* (Lyons 1977), *não-factuality* (Lyons 1977, Lavandera 1983).

O problema dessas propostas é que delimitam áreas excessivamente amplas ou demasiadamente restritas, levando-nos a conclusões vagas a respeito dos fenômenos lingüísticos que podem ser considerados como expressões de modalidade.

A noção de *não-proposicionalidade* indica uma qualificação a mais, associada àquilo que se considera o “conteúdo proposicional da sentença” (que pode ser verdadeiro ou falso). Os exemplos, em geral, são do tipo “X acredita em p”, “X espera p”, etc, sugerindo que qualquer tipo de subordinação que envolva um complemento oracional pode ser visto como um caso de modalidade. Obviamente, essa definição incluiria casos que fogem em muito ao que é exemplificado normalmente como modalidade na literatura (por exemplo, casos como “*João adorou ter vindo*”, teriam que ser incluídos, embora não sejam normalmente considerados expressões de modalidade).¹

Se pensarmos em *atitude subjetiva do falante*, teremos que considerar, por exemplo, que todos os adjetivos são modais, na medida em que podem expressar algum tipo de atitude subjetiva do falante em relação ao elemento qualificado. Além disso, deve-se levar em conta a existência de verbos modais habilitativos (tais como CAN, em inglês, em “*I can swim*”), que expressam uma capacidade, e não uma atitude subjetiva.

A noção de *não-factuality* parece ser adequada para se lidar com casos do tipo “*Ele pode ter ido a Paris*”, “*Talvez ele tenha ido a Paris*”, “*É possível que ele tenha ido a Paris*”, em que o falante não se compromete com a verdade do que é afirmado. Entretanto, essa noção também se mostra excessivamente restritiva para lidar com o fenômeno, na medida em que sugere que declarações factuais não envolvem expressão de modalidade. Como contraponto a essa

sugestão, basta lembrarmos que há algumas línguas em que é impossível emitir uma sentença declarativa não-marcada quanto à modalidade, já que as sentenças declarativas pertencem formalmente a um sistema modal (Lyons 1982:110).

As propostas mais promissoras parecem ser as que associam modalidade às dicotomias obrigação/necessidade, permissão/probabilidade e habilidade/possibilidade (Lyons 1977, Steele et al. 1981, Sweetser 1990). Tais dicotomias podem ser tratadas a partir de um critério semântico básico, que é a DINÂMICA DE FORÇAS, como argumentam Talmy (1981, 1987), Sweetser (1990). A idéia fundamental é que a modalidade deve ser entendida em termos de forças e barreiras intencionalmente aplicadas (no mundo físico, epistêmico ou social). No caso dos adjetivos em português, podemos citar os seguintes exemplos, retirados de Salomão (1990, p.255):

- (1) Ele é capaz de citar Virgílio de cabeça (*adjetivo de habilidade*).
- (2) É óbvio/claro/certo que ele vem (*adjetivos de certeza*).
- (3) É provável/possível que ele venha (*adjetivos de probabilidade*).

Enquanto em (1) e (2) os adjetivos representam *imposição de força* no domínio deontico (habilidade) e epistêmico, respectivamente, em (3), tem-se *remoção de barreira* no nível epistêmico.

Distribuição semelhante pode ser observada para os verbos (*poder/dever*) e advérbios modais em português, que são estruturas que evidenciam um grau razoável de gramaticalização da noção de modalidade na língua.

Associando-se, então, uma definição semântica de modalidade, baseada no critério de dinâmica de forças, à teoria dos espaços mentais, serão apresentados nas seções subseqüentes os resultados referentes à investigação das construções condicionais no Português do Brasil.

3. Condicionais e Domínios Cognitivos

O uso de condicionais nas línguas naturais não é idêntico à condicionalidade definida pelos lógicos, como demonstraram os trabalhos de Austin (1961), Haiman (1978), Comrie (1986). Do ponto de vista da lógica, por exemplo, uma condicional só é falsa, se o antecedente for verdadeiro e o conseqüente for falso. Entretanto, os falantes de línguas naturais requerem mais do que valores-verdade apropriados para considerarem as condicionais como bem-formadas. Nesse sentido, condicionais logicamente bem formadas podem ser julgadas estranhas no uso lingüístico, como é o caso do exemplo abaixo:

- (4) Se Brasília é a capital do Brasil, (então) três é um número ímpar.

O que se verifica é que o uso de condicionais nas línguas naturais requer que os eventos descritos na prótase e na apódose sejam *relacionados*. A estranheza do exemplo acima deve-se, portanto, ao fato de ser difícil imaginar uma relação entre os eventos apresentados.

Sweetser (1990) assinala que em condicionais do tipo “Se p, (então) q”, o evento p é uma condição suficiente para a ocorrência do evento q.² Partindo dessa definição, a autora fornece evidências de que a condicionalidade em inglês funciona em três domínios distintos: de conteúdo, epistêmico e pragmático.

No domínio de conteúdo, a condicional indica que a realização do evento ou estado de coisas descrito na prótase é uma condição suficiente para a realização do evento ou estado de coisas descrito na apódose, como ilustra o exemplo a seguir:

(5) Se Marcelo ligar, sua namorada ficará feliz.

A sentença acima sugere que se o estado de coisas no mundo real incluir o telefonema de Marcelo, então também incluirá o sentimento de felicidade de sua namorada. A conexão entre antecedente e conseqüente é causal.

Vale ressaltar que o contexto pragmático e a forma lingüística podem sinalizar a maior ou menor probabilidade de ocorrência da condição suficiente apontada na prótase. No exemplo abaixo, a forma verbal sinaliza contrafactualidade:³

(6) Se eu fosse você, estudaria lingüística.

Tanto o pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase quanto o futuro do pretérito do indicativo na apódose definem os eventos apresentados como altamente hipotéticos. A relação marcada pela condicional, no entanto, permanece a mesma: o preenchimento da prótase, provável ou improvável, é uma condição suficiente para o preenchimento da apódose. No caso do exemplo (6), a condição suficiente sugere antes uma HABILITAÇÃO do que uma CAUSA.⁴

De qualquer forma, causalidade e habilitação são tratadas de forma semelhante lingüisticamente. O que importa é que tanto a habilitação hipotética como a causa hipotética podem ser antecedentes suficientes para o preenchimento de um evento conseqüente.

No domínio epistêmico, as condicionais expressam a idéia de que o conhecimento da verdade da premissa hipotética expressa na prótase seria uma condição suficiente para concluir a verdade da proposição expressa na apódose. Observemos o exemplo a seguir:

- (7) Se Maria não compareceu à reunião, (então) ela está querendo irritar seu chefe

Presumivelmente, no exemplo acima, há um conhecimento compartilhado que faz com que a verdade do fato de que “Maria não compareceu à reunião” seja suficiente para permitir a conclusão de que a proposição “ela está querendo irritar seu chefe” também seja verdadeira.

A ligação causal estabelecida em (7) certamente não ocorre em nível de conteúdo, mas sim em nível epistêmico: o conhecimento causa a conclusão.

No domínio pragmático, as condicionais expressam a realização de um ato de fala representado na apódose com base no preenchimento do estado descrito na prótase. Tal estado HABILITA ou CAUSA o ato de fala subsequente.

Desse modo, atos de fala tais como afirmações, perguntas, pedidos, etc. são estabelecidos condicionalmente, como ilustram os exemplos abaixo:

- (8) Se você me permite, essa idéia não faz o menor sentido.
(9) Se for possível, me telefone hoje à tarde.
(10) Se não for indelicado perguntar, o que fez você sair da Petrobrás?

Vale destacar que as condicionais acima constituem recursos de polidez, que permitem que o interlocutor tenha algum espaço de recusa em relação aos atos de fala propostos. Através dessas construções, as condições apropriadas para a realização dos atos de fala em questão são abertamente checadas. Nesses casos, a máxima “Dê opções” (R. Lakoff 1973) evita a aceitação imposta de uma opinião em (8), a realização forçada de um pedido em (9) ou a resposta obrigatória a uma pergunta em (10).

A respeito das condicionais pragmáticas, Sweetser (1990, p.120) resume:

It is my belief that all such cases are inherently Gricean (or Searlean), in that the conditional protases in question invariably refer to some relevance condition or felicity condition of the relevant speech-act.⁵

Por exemplo, no caso de ofertas, a condição de felicidade seria a aceitação potencial da mesma; por outro lado, no caso de perguntas, o ouvinte deve presumivelmente saber a resposta (Searle 1969). Observe os exemplos abaixo:

- (11) Se você quiser, tem biscoito no armário.
(12) Se você estudou matemática, qual a raiz quadrada de 25?

No exemplo (11), a condicional verifica a aceitação potencial da oferta, estabelecendo-se uma conexão entre querer o biscoito e aceitá-lo. No exemplo

(12), a condicional checka o pré-requisito para que o ouvinte saiba a resposta à pergunta emitida.

O que se conclui no caso das condicionais pragmáticas, portanto, é que a condicional garante a remoção de uma barreira potencial à realização dos atos de fala relevantes, através da verificação de suas condições de felicidade.

Além do estabelecimento dos domínios de atuação das condicionais, os estudos têm feito menção a uma importante noção relacionada ao tempo verbal expresso na prótase: a postura epistêmica. O termo foi inicialmente definido por Fillmore, como a suposição do falante sobre a realidade da prótase. Portanto, a postura epistêmica sinaliza:

the epistemic relationship which the speaker has to the world represented by the conditional sentence: the speaker might regard it as the actual world, might regard it as distinct from the actual world, or might not know whether the alternative world represented in the conditional sentences is the actual world or not. (1990, p.142)⁶

Os exemplos abaixo ilustram essas possibilidades:

(13) Se Pedro está com fome (como você diz que ele está), ele vai repetir.

(14) (Eu não sei, mas) se Pedro estiver com fome, ele vai repetir.

(15) Se Pedro estivesse com fome, ele iria repetir.

Em (13), o falante identifica-se com a prótase, tomando-a como verdadeira. A postura epistêmica é real ou assumida. Em (14), o falante não se identifica nem com a verdade nem com a falsidade da prótase. Em (15), o falante identifica-se com a não-veracidade da prótase. A postura epistêmica é contrafactual ou contrária às expectativas.⁷

4. Condicionais e Espaços Mentais

Na teoria dos espaços mentais, a compreensão e a produção da linguagem envolvem a construção de domínios cognitivos organizados e interconectados, que são independentes da linguagem, mas dos quais a linguagem depende para a interpretação do significado. As expressões lingüísticas são concebidas como manifestações superficiais dessas construções subjacentes, altamente abstratas; as sentenças fornecem instruções parciais e altamente subespecificadas para: a construção de domínios; a subdivisão e a partição da informação em diferentes domínios; a estruturação dos elementos e relações dentro de cada domínio; e a construção das conexões entre elementos em domínios diferentes e conexões entre esses mesmos domínios.

A interpretação do discurso resulta da construção de uma configuração de espaços hierarquicamente relacionados e interconectados. À medida que cada sentença do discurso é processada, a configuração de espaços é dinamicamente atualizada, baseada em pistas lexicais e gramaticais fornecidas pela sentença.

Os espaços são pragmaticamente elaborados pelo conhecimento subjacente formatado em "frames"⁸ e Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) (Lakoff 1987). Além disso, são também elaborados por processos de inferência e raciocínio.

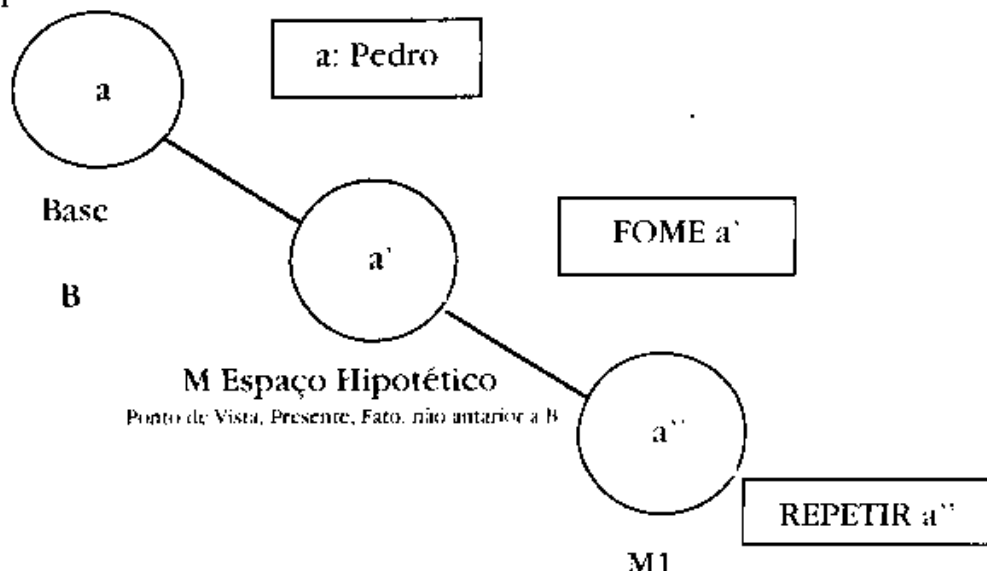
Com o desenrolar do discurso, novos espaços são criados como resultados de pistas fornecidas por "construtores de espaços" (*space-builders*), por marcadores gramaticais tais como tempo e modo, ou por informação pragmática. Os construtores de espaços apresentam-se de formas variadas: sintagmas preposicionais, conectivos, cláusulas que exigem complementos, etc (por exemplo, *na foto, em 1995, na escola, se ____, Rogério disse que ____, João acredita que ____*).

No caso das condicionais, verifica-se a criação de uma configuração de espaços que serve como um tipo de moldura informacional com potencial dedutivo. Neste trabalho, enfocaremos dois tipos de construções condicionais contrastantes quanto às escolhas modo-temporais na prótase: as que apresentam o Presente do indicativo e as que utilizam o futuro do subjuntivo.

Observemos a representação do exemplo (13), repetido a seguir:

(13) Se Pedro está com fome, ele vai repetir.

Diagrama 1



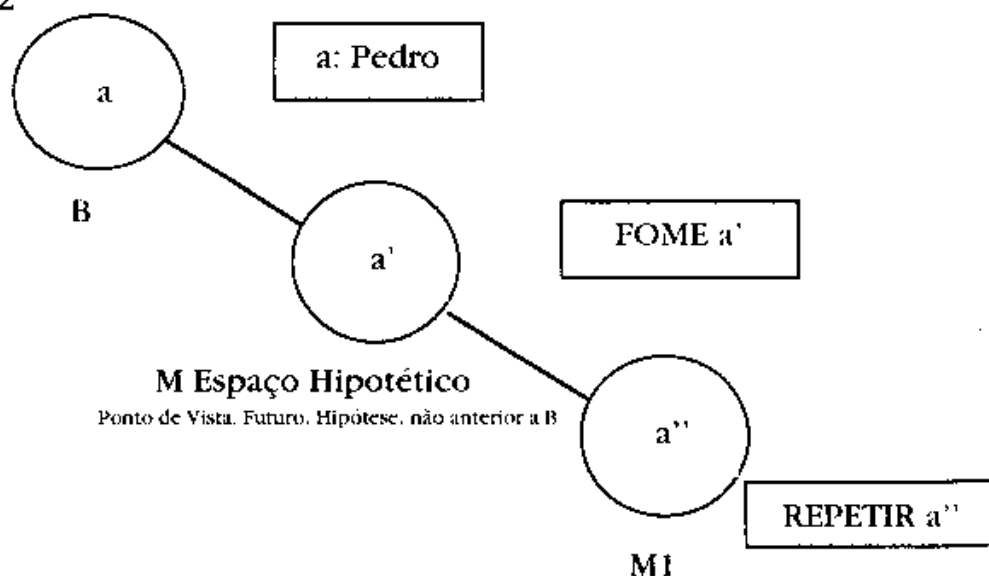
No exemplo acima, um espaço hipotético é criado, em relação ao qual o falante adota uma postura epistêmica positiva (assumindo, portanto, a factualidade do evento descrito). Assim, uma predição é feita a partir do PONTO

DE VISTA do espaço hipotético no qual o FATO tem lugar. Para a interpretação da prótase, o ponto de vista é a base, mas para a interpretação da apódose o ponto de vista muda para o espaço hipotético.

No caso do exemplo (14), a representação seria semelhante, alterando-se apenas a postura epistêmica do falante em relação ao conteúdo da prótase:

(14) Se Pedro estiver com fome, ele vai repetir.

Diagrama 2



No exemplo acima, um espaço hipotético é criado, em relação ao qual o falante adota uma postura epistêmica neutra (o falante não se identifica com P nem com $\sim P$). Assim, tal como nas condicionais de presente, uma predição é feita a partir do PONTO DE VISTA do espaço hipotético. Entretanto, nas condicionais com o futuro do subjuntivo, o conteúdo da prótase não é assumido como real, mas mantido como uma possibilidade. No primeiro caso, a hipótese refere-se à existência de uma relação causal entre prótase e apódose; no segundo, há uma duplicidade: a conjunção "se" indica que se estabelece uma hipótese a respeito da relação causal entre prótase e apódose, e o futuro do subjuntivo estabelece uma hipótese com relação à veracidade do evento descrito na prótase.

5. Modalidade e Condicionalidade

Nesta seção, busco detalhar os aspectos cognitivos e interacionais que favorecem a perspectivização de uma condição como FATO ou como CONJECTURA.

Já vimos na seção precedente que o uso do presente do indicativo sinaliza o caráter FACTUAL do espaço condicional, ao passo que a seleção do futuro do subjuntivo reflete uma postura epistêmica neutra por parte do falante, mantendo-

se o caráter puramente HIPOTÉTICO desse espaço. Resta-nos, portanto, especificar sob quais circunstâncias discursivas e/ou interacionais uma ou outra perspectiva irá ser privilegiada.

A análise de dados conversacionais⁹ permitiu-nos estabelecer as seguintes generalizações:

I. A atribuição de caráter **factual** ao espaço condicional constitui **imposição de força** no domínio discursivo-interacional, para a realização dos seguintes fenômenos:

Ia. Introdução do tópico discursivo;

Ib. Reforço de atos de fala assertivos, com base na factualidade de MCIs culturalmente compartilhados; e de atos de fala diretivos, tais como *sugestão* e *aconselhamento*, assumindo-se a factualidade das condições de felicidade para a realização de tais atos;

II. A atribuição de caráter **hipotético** ao espaço condicional constitui **remoção de barreira** no domínio discursivo-interacional, para a realização dos seguintes fenômenos:

Iia. Negociação para mudança de tópico discursivo;

Iib. Preservação da face para a realização de atos de fala diretivos e compromissivos, tais como convites, pedidos, promessas, ofertas, etc, através da checagem das condições de felicidade para a realização de tais atos;

Nas seções a seguir, detalharemos cada uma dessas possibilidades.

5.1. Introdução de Tópico Discursivo

Nos termos de Chafe (1994), o tópico discursivo pode ser definido como uma quantidade de informação que pode estar semi-ativa na consciência.

A idéia aqui é a de que a consciência ativa é incapaz de focalizar uma quantidade maior de informação do que aquela que é verbalizada como evento, estado ou referente em um única unidade de entonação. Por isso, o tópico mantém-se disponível para escaneamento pelo foco de consciência, que pode passar pelo material semi-ativo, ativando primeiro uma parte, depois outra, até que o falante decida que o tópico foi adequadamente recoberto para os fins que tem em mente.

Vale notar que nem tudo que se torna semi-ativo durante uma conversação será verbalizado. Tópicos podem surgir nas mentes dos interlocutores sem nunca serem expressos linguisticamente. Em geral, as pessoas sempre verbalizam um tópico quando julgam que ele será de alguma forma *interessante* para seus interlocutores (Chafe 1982, Tannen 1989).

Uma vez que o tópico foi semi-ativado, e que o falante decidiu que ele é suficientemente interessante para ser verbalizado, como essa verbalização ocorre?

Segundo Chafe (1994, p.123-8), o desenvolvimento do tópico se dá através de dois padrões principais: a *elicitação* e a *narração*. No primeiro caso, há uma seqüência de emissões breves, ou turnos, envolvendo dois ou mais interlocutores. O desenvolvimento do tópico é feito pela interação entre os falantes, embora seus papéis sejam assimétricos. O *elicitador* introduz o tópico, mas quem tem as informações interessantes são os outros participantes. No caso da narração, o tópico é desenvolvido por um único falante, com o mínimo de intervenção. As narrativas tendem a seguir um padrão típico que determina o seqüenciamento de idéias ativadas (Labov & Waletzky 1967).

É interessante destacar que os tópicos podem demonstrar uma organização hierárquica, em que tópicos maiores (*supertópicos*) envolvam os menores. Por exemplo, uma conversação pode abranger o tópico "*Caminhadas na Floresta da Tijuca*", ou o supertópico "*Caminhadas em Florestas*"

Na interação conversacional entre professores do Projeto Pró-Leitura em Juiz de Fora, observa-se o padrão de elicitação para desenvolvimento do tópico. Cabe a professora-formadora introduzir os tópicos, e embora ela tenha mais informações a respeito dos mesmos que os demais professores, a estratégia adotada previamente para a interação é justamente a de levar os professores a desenvolverem tais tópicos baseados em suas práticas.

No trecho analisado a seguir, a partir do supertópico "Gêneros textuais", o tópico "Ensaio" é elicitado pela professora-formadora através de uma condicional. Para sinalizar a introdução do tópico, o presente do indicativo é utilizado, como demonstra a transcrição a seguir:¹⁰

- (16) PF: **se ocê pega aqui é um ensaio/esse texto é um ensaio tá vendo?**
 P1: [ahã]
 PF: cê tem informação...
 P2: cê já tem no ensaio/cê, cê já faz aquela reflexão...argumentativo/
 P3: [argumentativo é]
 P2: que o autor vai nos levar a refletir sobre determinado assunto, mas que ele não vai fechar questão, vai...o leitor né/se questionar/
 PF: é o ensaio é até mais reflexivo até
 P2: [reflexivo]
 PF: tem um ponto sei lá/(+) se pegar um editorial que também é **argumentativo**/o editorial/ele tem um tom muito mais polêmico, enquanto texto argumentativo, do que ensaio (++) né (+)
 P3: mhm então quer dizer aí a gente vê, pelo ensaio você já vai/você já vai fazendo leitura preparando-se mais para uma reflexão (2.2) né isso?
 PF: é (+) na verdade quando você pe/ é pega um texto argumentativo do tipo ensaio (++) é quando você lê a informação aqui né/ de

que esse texto é um ensaio/cê fala: ôpa eu vou ler um texto (++)
eu vou ler um texto de opinião (+)

P3: [ahã]

O trecho acima inicia-se com a introdução do tópico pela professora-formadora através da condicional com o verbo no presente do indicativo. No entanto, ao citar outro tipo de texto argumentativo, o editorial, a professora utiliza-se do futuro do subjuntivo. Verifica-se, portanto, que essa escolha reflete uma decisão em termos discursivo-interacionais, e não algo pré-estabelecido na "realidade", já que não temos motivos para pensar que o "ensaio" seria factual, e o "editorial" hipotético em si mesmos. O que ocorre é que a menção ao "editorial" funciona como uma mudança temporária do tópico discursivo para efeito de contraponto ao mesmo, e seu papel secundário é sinalizado através do uso do futuro do subjuntivo.

5.2. Negociação para Mudança de Tópico Discursivo

Para ilustrarmos a seleção do futuro do subjuntivo como estratégia de negociação para mudança de tópico, retomaremos uma interação conversacional ocorrida no Programa Sem Censura, TVE, de 11/12/98. Trata-se de um programa de entrevistas, em que a jornalista responsável e mais dois entrevistadores promovem um debate com os participantes que ali estão para falarem de suas atividades no meio artístico, político, científico, etc. A moldura do programa prevê que se privilegie um entrevistado por vez, com os entrevistadores elicitando os tópicos a serem desenvolvidos, mas nada impede que os outros participantes também façam perguntas a um determinado entrevistado.

No trecho que será analisado a seguir, a jornalista (LN) e mais dois debatedores (LP e FM) entrevistam um técnico do IBGE (EN), e outro entrevistado do dia (GV) intervém na conversa. O tópico elicitado foi "A melhoria de qualidade da alimentação do brasileiro":

(17)

EN: então hoje (+) o cardápio do brasileiro (+) de um modo geral (+) né...
ele tá mais diversificado é isso traz uma melhoria de qualidade

LP: e cê sabe que

GV: [posso fazer uma pergunta...]

EN: lógico (+) (+)

GV: por que a a a população agrária foi desconsiderada nessa pesquisa e qual a porcentagem da população agrária (+) uma vez que eu acredito que o Brasil de dentro é muito maior que o Brasil litorâneo em termos de população

EN: e de necessidades também

GV: e de necessidades e de carências

EN: bom (+) a questão da ausência desse grupo é uma característica da pesquisa (+) né'' (+) (+) o objetivo que foi predeterminado e principalmente a variável CUSTO do levantamento (+) né'' (+) (+) é:: (+) se a gente fizesse um tipo de levantamento complexo como é (+) a pesquisa de orçamentos familiares e a os objetivos também predeterminados (+) né'' a gente teria um problema sério aí de orçamento (+) sem dúvida nenhuma (+) (+) que já é muito difícil para esse trabalho (+) SÓ PARA VOCÊS terem uma idéia (+) só para vocês terem uma idéia

GV: [o IBGE tinha a obrigação moral de fazer esta pesquisa

EN: [sim]

GV: incluindo a população agrária (+) me desculpa (+) porque eles também comem (+) se programam pela vida a fora.

EN: [não (+) lógico]

GV: o que eu acho estranho que se fala de uma região (+) me desculpe (+) Metropolitana (+) ou dos grande centros (+) é :: do eixo Rio-São Paulo-Bahia (+) até Belo Horizonte ainda foi citado (+) mas

EN: Belo Horizonte também

GV: é (+) mas (+) gente (+) o Brasil de dentro (+) (+) eu queria saber mais informações sobre ele

EN: sem dúvida (+) e um dos objetivos

LN: [quem sabe na próxima pesquisa

EN: exatamente (+) (+) um dos objetivos nossos vai ser a idéia de se fazer uma nova pesquisa (+) mais abrangente em (+) no ano dois mil (+) (+) já estamos planejando isso (+) (+) né'' (+) e em função até das necessidades da informação (+) como você mesmo citou (+) pra gente também é fundamental e ah (+) pegar exatamente esta parcela da população (+) e não existe estatística para esse grupo (+) entendeu'' então é

LN: [se olhar essa pesquisa e der um corte nela (+) assim (+) profundo (+) a gente pode convir que o brasileiro mudou não só o hábito alimentar mas o o os hábitos de comportamento''

EN: sim (+) da (+) exatamente essa característica (+) a a pesquisa ela (+) na verdade faz um levantamento completo da da vida das famílias (+) (+) o que gasta (+) quanto recebem (+) fontes de recebimentos de renda (+) né'' (+) todos os tipos de gastos são levantados.

No trecho conversacional acima, há uma situação de conflito implícito, na medida em que a abrangência da pesquisa do IBGE relatada por EN é questionada

por GV. Ao utilizar-se de condicionais hipotéticas coordenadas, a entrevistadora LN fornece um “gancho” para mudança de tópico por seu entrevistado (e portanto, remove barreiras interacionais). Passa-se a falar de mudanças comportamentais, e não mais de mudanças alimentares.

5.3. Reforço de Atos de Fala Assertivos e Diretivos

A teoria dos atos de fala, inicialmente formulada por Austin (1962), assume que todas as emissões, além de seus respectivos significados, realizam ações específicas (ou “fazem coisas”), através de forças específicas, os atos ilocucionários. Ao se emitir uma sentença, em virtude da FORÇA convencional a ela associada, realizam-se afirmações, ofertas, promessas, etc.

Searle (1976), através da sistematização do trabalho de Austin, propôs a existência de cinco atos de fala básicos, a saber:

(i) **ASSERTIVOS** - comprometem o falante com a verdade da proposição expressa. Exs.: afirmar, concluir.

(ii) **DIRETIVOS** - constituem tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer algo. Exs.: ordenar, pedir, sugerir, aconselhar, avisar, convidar.

(iii) **COMPROMISSIVOS** - comprometem o falante com um curso de ações futuras. Exs.: prometer, ameaçar, oferecer.

(iv) **EXPRESSIVOS** - expressam estados psicológicos. Exs.: agradecer, parabenizar, desculpar-se.

(v) **DECLARATIVOS** - efetuam mudanças no estado de coisas institucionalizadas. Exs.: declarar guerra, batizar, despedir do emprego.

A análise dos dados conversacionais demonstrou que há uma alternância na atribuição de caráter factual ou hipotético à prótase condicional, dependendo do tipo de ato de fala condicionado.

A tendência é que, com atos diretivos do tipo *sugerir* ou *aconselhar*, o uso do presente do indicativo na prótase seja privilegiado, na medida em que a imposição de uma força factual reforça a sugestão ou o aconselhamento. Visto que esses atos de fala visam beneficiar o interlocutor, tratar a situação que viabiliza a sugestão como real ou assumida, reforça o poder de convencimento do falante. Esse tipo de estratégia é muito comum em anúncios publicitários, como ilustram os exemplos a seguir:

(18) **Se você não agüenta mais 0900, ligue CIDADE.**(Jornal do Brasil 7/12/98)

(19) **Se você detesta escutar gente buzinando, ligue a JB FM** (Jornal do Brasil, 5/12/98)

No caso dos atos assertivos, o presente do indicativo pode ser utilizado para sinalizar que uma determinada afirmação ou conclusão pode ser reforçada pela factualidade das informações disponíveis em um MCI culturalmente compartilhado. O exemplo a seguir foi retirado de um *outdoor*, colocado por ocasião da visita do Papa João Paulo II à cidade do Rio de Janeiro em 1998:

(20) **Se Deus é brasileiro**, o Papa, com certeza, é carioca.

Visto que a idéia de que “Deus é brasileiro” integra o sistema de crenças populares no Brasil, a retomada desse adágio, mantendo-o no presente do indicativo, sinaliza seu status factual, como parte de um MCI culturalmente compartilhado. Em função disso, a afirmação “O Papa, com certeza, é carioca” adquire um reforço especial.

5.4. Remoção de Barreiras Interacionais para a Realização de Atos de Fala Diretivos e Compromissivos

Se atos diretivos como sugerir e aconselhar realizam-se em benefício do interlocutor, atos diretivos tais como pedir e convidar envolvem o interesse do falante. Para que um pedido possa ser realizado ou um convite possa ser aceito, é preciso que o interlocutor demonstre DESEJO e/ou CAPACIDADE de aceitá-los. Em outras palavras, a ausência de vontade e/ou habilitação do interlocutor constitui uma barreira potencial à realização de tais atos. Por esse motivo, as condicionais hipotéticas são particularmente talhadas para emoldurá-los, na medida em que sinalizam uma postura epistêmica neutra, permitindo a administração preventiva de possíveis recusas e, portanto, contribuindo para a preservação da face do falante¹¹. Os exemplos a seguir ilustram esse fenômeno:

(21) GV: e o espetáculo, **se você tiver urgência e quiser conferir** dê uma chegadinha no espetáculo lá no teatro Glória né/no Glória.
(Programa Sem Censura, 11/12/98, convite)

(22) **Se você puder**, me ligue hoje à tarde. (pedido)

Situação análoga ocorre com atos de fala compromissivos. Em termos de condições de felicidade¹², uma promessa só poderá ser realizada se o falante for capaz de desempenhar a ação prometida; uma oferta só poderá ser feita se o falante puder contar com as condições relevantes para realizá-la.

Os exemplos abaixo ilustram o estabelecimento condicional de uma promessa e de uma oferta, respectivamente:

- (23) LN: ...e vamos ter a música ((risos)) (+) **se ele se materializar aqui** ((aponta para o lado)) do saxofonista Léo Gandelman ... (Programa Sem Censura, 11/12/98, promessa - a apresentadora refere-se a um convidado que ainda não havia chegado).
- (24) **Se você vier pro que der e vier comigo** eu te ofereço o sol, **se hoje o sol sair** ou a chuva, **se a chuva cair...**(Música Popular Brasileira - oferta)

A adoção de postura epistêmica neutra com relação às condições de felicidade para a realização dos atos de fala em questão protege a face do falante quanto a possíveis “barreiras” para a efetivação de tais atos.

6. Considerações Finais

A investigação das construções condicionais no Português do Brasil, sob perspectiva sócio-cognitivista, permitiu o detalhamento das relações entre condicionalidade e modalidade. As principais conclusões que puderam ser estabelecidas foram as seguintes:

1. As construções condicionais são operadores de modalidade, na medida em que atuam como imposição de forças ou remoção de barreiras nos domínios deontico, epistêmico e pragmático;
2. As escolhas modo-temporais no Português do Brasil sinalizam o tipo de dinâmica de forças envolvido no estabelecimento da condicionalidade no nível cognitivo-interacional:
 - 2a. O futuro do subjuntivo sinaliza remoção de barreira;
 - 2b. O presente do indicativo sinaliza imposição de força;
3. O futuro do subjuntivo atua na remoção de barreiras sócio-cognitivas, através da negociação para mudança de tópico discursivo ou da preservação da face do falante/interlocutor para a realização de atos diretivos do tipo pedido, convite, etc. e compromissivos do tipo promessa, oferta, etc.
4. O presente do indicativo promove a imposição de força no nível sócio-cognitivo, através da introdução de tópico discursivo ou do reforço de atos diretivos do tipo sugestão, aconselhamento.
5. As construções condicionais são construtoras de espaços mentais, sendo que o espaço mental condicional constitui uma mesclagem resultante de dois MCIs de representação: um não-marcado e outro marcado:

5a. Nas condicionais de futuro do subjuntivo, o MCI marcado é pragmaticamente neutro, estabelecendo-se um enquadre hipotético, adequado às estratégias de negociação e preservação da face;

5b. Nas condicionais de presente do indicativo, o MCI marcado é pragmaticamente positivo, estabelecendo-se um enquadre factual ou assumido, favorecedor de estratégias de introdução de tópico e convencimento.

Notas

1 Palmer (1986, p.129) considera que os verbos ingleses INSTRUCT (instruir), ORDER (ordenar), COMMAND (comandar), REQUIRE (requerer), TELL (dizer), ASK (pedir), BEG (implorar) seriam, juntamente com o IMPERATIVO e o verbo modal MUST (dever), expressões de modalidade diretiva. Já os verbos LET (deixar), PERMIT (permitir) e ALLOW (permitir) corresponderiam ao MAY deôntico (poder).

2 Segundo a autora, a noção de "suficiente" é estabelecida levando-se em conta o mundo real, não possuindo o sentido lógico de (necessário e) suficiente. Embora muitas vezes as condicionais sugiram uma leitura do tipo "se e somente se", Comrie (1986) argumenta que essa leitura não é parte da semântica da conjunção se, mas resulta de uma implicatura conversacional.

3 Comrie (1986) ressalta que nem sempre as condicionais contrafactuais são verdadeiramente contrafactuais. O contexto pragmático pode reverter os efeitos das formas verbais supostamente contrafactuais, como é o caso do seguinte exemplo: "Se você me trouxesse um café, eu te daria um biscoito".

4 O falante coloca-se no lugar do interlocutor não para causar o estudo de lingüística, mas para sinalizar que o interlocutor está apto para tal estudo (por exemplo, porque o interlocutor estuda letras, fala várias línguas, etc.)

5 "É minha crença que todos esses casos são inerentemente griceanos (ou searleanos), na medida em que as prótases condicionais em questão invariavelmente referem-se a alguma condição de relevância ou condição de felicidade do ato de fala relevante.

6 "A relação epistêmica que o falante tem com o mundo representado pela sentença condicional: o falante pode considerá-lo como mundo real, como distinto do mundo real, ou não saber se o mundo alternativo representado na sentença condicional é o mundo real ou não."

7 É interessante notar que, em inglês, os exemplos (13) e (14) apresentariam o presente simples na prótase. A postura epistêmica seria definida por fatores externos à cláusula, como por exemplo informações contextuais, pragmáticas e lexicais. Em português, a gramática já estabelece uma distinção entre presente do indicativo (postura epistêmica real ou assumida) e futuro do subjuntivo (postura epistêmica neutra).

8 "Frame" está sendo utilizado aqui no sentido de Fillmore (1982), ou seja, como recorte no interior de uma determinada cena, perspectivizado pela escolha lexical.

9 Utilizamos dois corpora conversacionais, a saber: a. Conversação entre professores-participantes e professor-formador do Projeto Pró-Leitura, Juiz de Fora, com o objetivo de refletir sobre suas práticas pedagógicas (120min.); b. Conversação entre convidados e entrevistador no Programa Sem Censura, TVE, de 11/12/98 (90 min):

10 Os sinais utilizados para a transcrição seguiram a proposta de Marcuschi (1986): Sobreposição de vozes: [] ; Sobreposições localizadas [] ; Pausas (+), para cada 0.5 s; Truncamentos bruscos: / ; Alongamento de vogal :: ; Ênfase: MAIÚSCULA.

11 A noção de pares adjacentes, tais como pergunta-resposta, cumprimento-cumprimento, convite-aceitação, desculpa-minimização, como unidades fundamentais da conversação (Schegloff & Sacks 1973, Goffman 1976) relaciona-se à noção de organização preferencial. As segundas partes potenciais de um par adjacente não têm status idêntico, podendo ser preferidas ou despreferidas. No caso de convites, a recusa é despreferida; no caso de pedidos, a despreferência recai sobre a não-realização do mesmo.

12 No conjunto de conferências que foi postumamente publicado como *How to do things with words*, Austin produziu uma tipologia de condições a que os performativos precisam atender para serem bem sucedidos.

Bibliografia

- DANCYGIER, B. 1992. Two Metatextual Operators: Negation and Conditionality in Polish. *Proceedings of the Eighteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 61-75.
- DANCYGIER, B. 1993. Interpreting Conditionals: Time, Knowledge and Causation. *Journal of Pragmatics* 19: 403-434.
- DANCYGIER, B & SWEETSER, E. 1996 a. Conditionals, Distancing, and Alternative Spaces. In A. Goldberg, ed. *Conceptual Structure, Discourse and Language*, 83-98. Stanford, California: CSLI Publications.
- DANCYGIER, B. & SWEETSER, E. 1997. Then in Conditional Constructions. In *Cognitive Linguistics* 8-2, 109-136.
- FAUCONNIER, G. 1994. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, G. 1997. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FILLMORE, C. 1990 a. Epistemic Stance and Grammatical Form in English Conditional Sentences. *Papers from the Twenty-sixth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, 137-162.
- FILLMORE, C. 1990 b. The Contribution of Linguistics to Language Understanding. In Bocaz, Aura (ed.), *Proceedings of the First Symposium on Cognition, Language and Culture*. Universidad de Chile, 109-128.

- FLEISCHMAN, S. 1990. *Tense and Narrativity: From Medieval Performance to Modern Fiction*. Austin, Tex: University of Texas Press.
- HAIMAN, J. 1978. Conditionals are Topics. *Language* 543, 564-589.
- LERNER, G. 1996. On the Semi-Permeable Character of Grammatical Units in Conversation: Conditional Entry into the Turn Space of Another Speaker. In E. Ochs, E. Schegloff & Thompson, S, eds. *Interaction and Grammar*, 238-276. Cambridge: Cambridge University Press.
- SILVA-CORVALAN, C. 1983. Tense and Aspect in Oral Spanish Narrative: Context and Meaning. *Language* 59:760-780.
- SWEETSER 1990. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SWEETSER, E. 1996. Mental Spaces and The Grammar of Conditional Constructions. In Sweetser & G. Fauconnier, eds, 318-333. *Spaces, Worlds and Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press.
- TRAUGOTT, E. 1985. Conditional Markers. In J. Haiman, ed., *Iconicity in Syntax*, 289-310. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.